

AFROFUTURISMO E TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO Narrativas de resistência e desconstrução do racismo estrutural no Brasil

AFROFUTURISM AND BLACK'S EXPERIMENTAL THEATRE Narratives of resistance and deconstruction of structural racism in Brazil

DANIELA ALVES DOS SANTOS¹

RESUMO

Este artigo aborda de maneira sistemática o fenômeno do racismo estrutural e a concepção do Afrofuturismo no âmbito brasileiro, com o escopo de empreender uma análise perspicaz sobre a influência histórica da escravidão na formação do preconceito dirigido à comunidade negra, ao mesmo tempo, em que explora as potencialidades intrínsecas do Afrofuturismo para reestruturar essas percepções estigmatizantes. O método adotado para a consecução desse propósito compreende uma abordagem crítica que se debruça sobre a trajetória histórica e cultural do Brasil, conferindo ênfase particular às manifestações contemporâneas do fenômeno racial. Os resultados dessa análise destacam de maneira irrefutável a perpetuação de desigualdades sociais e a consolidação de representações estereotipadas da população negra nos veículos midiáticos. Adicionalmente, ressaltam a urgência de fomentar uma narrativa que não apenas valorize, mas também desconstrua os estereótipos arraigados na estrutura social. Destaca-se, ainda, o Teatro Experimental do Negro como uma empreitada vanguardista, que não apenas incitou a criação de novas obras, mas também propiciou o surgimento de talentos emergentes, desempenhando um papel crucial na aceitação de movimentos contemporâneos, notadamente o Afrofuturismo. A conclusão que se impõe é que o Afrofuturismo, por meio de suas expressões artísticas e narrativas ficcionais, apresenta-se como um veículo apto a catalisar a imaginação coletiva, resgatar fragmentos históricos negligenciados e estabelecer novos paradigmas de expectativa para a comunidade negra. Nesse contexto, revela-se como um agente transformador, contribuindo de maneira efetiva para a desconstrução do racismo estrutural e para a promoção de uma aceitação mais abrangente da identidade negra na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Afrofuturismo. Teatro Experimental do Negro. Racismo. Arte.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail do autor: alvesdaniela984@gmail.com

ABSTRACT

This article systematically addresses the phenomenon of structural racism and the conception of Afrofuturism in the Brazilian context, with the aim of undertaking an insightful analysis of the historical influence of slavery in the formation of prejudice directed at the black community, at the same time that it explores the intrinsic potentialities of Afrofuturism to restructure these stigmatizing perceptions. The method adopted to achieve this purpose comprises a critical approach that focuses on the historical and cultural trajectory of Brazil, placing particular emphasis on contemporary manifestations of the racial phenomenon. The results of this analysis irrefutably highlight the perpetuation of social inequalities and the consolidation of stereotypical representations of the black population in the media. Additionally, they highlight the urgency of promoting a narrative that not only values, but also deconstructs stereotypes rooted in the social structure. The Teatro Experimental do Negro also stands out as an avant-garde endeavor, which not only encouraged the creation of new works, but also led to the emergence of emerging talents, playing a crucial role in the acceptance of contemporary movements, notably Afrofuturism. The conclusion that must be drawn is that Afrofuturism, through its artistic expressions and fictional narratives, presents itself as a vehicle capable of catalyzing the collective imagination, rescuing neglected historical fragments and establishing new paradigms of expectation for the black community. In this context, it reveals itself as a transformative agent, effectively contributing to the deconstruction of structural racism and the promotion of a more comprehensive acceptance of black identity in Brazilian society.

Keywords: Afrofuturism. Teatro Experimental do Negro. Racism. Art.

INTRODUÇÃO

Múltiplos indivíduos experimentaram desconforto ou apreensão ao transitar em determinados períodos noturnos pelas vias urbanas e se deparar com um indivíduo de ascendência africana que dirige seu olhar na sua direção. Esta sensação, embora sujeita à negação em esforços de conformidade ao politicamente correto, não deixa de constituir um indicador do racismo estrutural inerente à tessitura social vigente.

O Brasil ostenta um título que não reverbera orgulho em nossa narrativa histórica, sendo a última nação a abolir a instituição da escravidão. Este evento histórico, apesar de remoto em sua ocorrência em 13 de maio de 1888, deixou uma marca indelével na sociedade brasileira, permeando tanto o período antecedente como o posterior à abolição. Para uma compreensão integral deste marco histórico, é imperativo recordar os navios negreiros e os instrumentos de

tormento associados, considerar a abolição como um processo gradual e reconhecer o papel da ciência na consolidação do preconceito dirigido aos negros. Estes elementos constituem expressões manifestas do racismo estruturado nesta nação, não configurando um fenômeno de natureza recente, mas sim intrínseco à sua formação.

O desconforto gerado ao deparar-se com um indivíduo de ascendência africana nas ruas durante a noite suscita uma ponderação sobre as razões subjacentes a tal fenômeno, incitando uma reflexão acerca das possíveis abordagens para reconfigurar a percepção da figura negra. Neste contexto, o Afrofuturismo emerge como um movimento multifacetado que utiliza diversas formas de expressão artística para desmitificar a representação do negro como ser inferior e marginal, fomentando um diálogo aprofundado sobre esta temática contemporaneamente, à semelhança do surgimento do Teatro Experimental do Negro no século XX, instaurando um diálogo sobre o fenômeno do racismo brasileiro por intermédio de sua expressão artística. Em um artigo intitulado "A Máscara", a escritora e artista portuguesa Grada Kilomba articula:

A boca é um órgão muito especial, ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, ela representa o órgão que os(as) brancos(as) querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido (KILOMBA, 2016, p. 172).

Ou seja, para combater o fenômeno do racismo, é imperativo abordar a temática, visando assim a mitigação da hegemonia racial branca nos domínios do teatro, da dramaturgia, da literatura e da música. Este empreendimento manifesta-se por meio da articulação discursiva, da escrita, da encenação, da produção e da representação, contribuindo para a desconstrução da subalternização da população afrodescendente. A consideração e promoção da narrativa acerca do povo e da cultura negra emerge como um meio eficaz para fomentar a aceitação da identidade negra, não apenas no âmbito artístico, literário e produtivo, mas também na esfera populacional mais ampla.

1. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: DAS RAÍZES COLONIAIS À PERSISTÊNCIA DO RACISMO ESTRUTURAL

A instituição da escravidão no território brasileiro iniciou-se durante o período colonial sob a dominação portuguesa. Após a implementação do sistema de capitanias hereditárias, houve um estímulo à plantação de cana-de-açúcar e ao estabelecimento de engenhos para dar início à produção açucareira. No entanto, dada a complexidade dessas atividades e a demanda por mão de obra, os portugueses optaram pela introdução do trabalho escravo, uma vez que evitavam a realização de tarefas laboriosas, resultando na escravização inicial dos indígenas.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, a escravidão indígena foi progressivamente substituída pelo aprisionamento de africanos, que eram transportados para o Brasil por meio do tráfico negreiro. Diante dos desafios enfrentados pelo trabalho forçado dos indígenas, a escravização africana tornou-se mais vantajosa. Conforme a colonização brasileira se expandia, a demanda por trabalhadores crescia, impulsionando o comércio de escravizados em larga escala. O tráfico negreiro prosperou, revelando-se um empreendimento altamente lucrativo tanto para os traficantes quanto para a Coroa Portuguesa.

Durante os 300 anos de existência do tráfico negreiro, segundo Alencastro (2018) aproximadamente 4,8 milhões de africanos foram deslocados para o Brasil, consolidando o território como o principal destino de africanos destinados a trabalhos forçados em todo o continente americano. Nesse período, a percepção do escravizado era nitidamente desumanizadora, considerado meramente uma “peça” do seu proprietário, tratado como objeto passível de aluguel, venda e compra. Similarmente aos animais, como o gado, os escravizados figuravam nos inventários de posse de seus senhores.

Ao longo dos três séculos de escravidão, a representação do trabalhador cativo no território brasileiro tornou-se intrinsecamente ligada à pigmentação da pele dos africanos, manifestando-se como um sintoma manifesto do extenso tráfico negreiro e do racismo subjacente à instituição do trabalho forçado, o qual perdura como racismo estrutural até os dias atuais. Na abordagem holística da escravidão no Brasil, é possível observar a presença de um processo de violência cotidiana naturalizado e de natureza multifacetada.

Mesmo após mais de 130 anos da abolição, subsistem ambiguidades decorrentes da persistência da instituição escravista no contexto nacional. Embora a liberdade tenha sido conferida à pessoa negra, condições dignas de vida são sistematicamente negadas, reiterando, em muitas instâncias, lógicas análogas às da escravidão, as quais permeiam a contemporaneidade por meio de práticas racistas, explícitas ou veladas. A violência, a pobreza e a discriminação que acometem a população negra brasileira ilustra alguns exemplos dos reflexos diretos da normalização do preconceito, relegando-os à periferia social.

A consecução da cidadania pós-abolição revelou-se uma lacuna, pois a Lei Áurea não foi acompanhada por um plano abrangente de inclusão e cidadania para as pessoas negras, agora emancipadas. Tal lacuna persiste, resultando em profundas desigualdades sociais, decorrentes da ausência de um projeto efetivo de inclusão social. Ademais, diversas tentativas foram empreendidas para obliterar a memória dessa brutalidade contra os escravizados, mediante a eliminação de documentos e a disseminação do mito da democracia racial.

Após a promulgação da Lei Áurea, conforme documentado no acervo do Jornal Estadão durante o período republicano, Ruy Barbosa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, bem como Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, emitiu, em 14 de dezembro de 1890, deu uma ordem para a queima de documentos oficiais que evidenciavam a extensão da escravidão no Brasil, justificando tal ato como necessário para suprimir essa parte vergonhosa da história. Acerca desse episódio, o autor Costa afirmou:

[...] o Estado apropria-se da História, controla e manipula o entendimento do processo histórico, confunde a noção de temporalidade e impinge o esquecimento. Garante, assim, a continuidade do mesmo sistema sob nova e atual roupagem: sem escravos e, logo depois, sem rei. Para dominar, há que se tornar senhor da memória e do esquecimento (COSTA, 1996, p. 84).

As aparências foram sujeitas a alterações, entretanto, as dinâmicas das relações sociais subsistiram inalteradas. O desígnio republicano demandava um planejamento nacional que reimaginasse a essência do indivíduo brasileiro, incumbindo os cientistas da época com a responsabilidade de contemplar essa

reflexão. Nesse contexto, o médico e antropólogo baiano, Raimundo Nina Rodrigues, adepto das doutrinas de Cesare Lombroso,² emergiu como um representante destacado das teorias raciais no Brasil. Sua concepção pressupunha que disparidades raciais conduziam a discrepâncias morais e comportamentais, invalidando a aplicação uniforme de direitos e deveres, considerando a igualdade meramente ilusória.

Nina Rodrigues instrumentalizou o darwinismo social³ e o evolucionismo para influenciar a gestão das questões sociais e políticas durante o primórdio republicano. A partir desse momento, surgiram outras ideologias políticas nas ciências humanas e nos movimentos sociais, as quais, ao defenderem a cidadania, tendiam a refutar a existência do preconceito racial no Brasil e obras como “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre fortaleceram a mitologia da democracia racial brasileira.

A partir dessas atitudes houve uma estruturação do racismo na sociedade brasileira, fazendo manifestações de racismo serem observadas rotineiramente na sociedade brasileira, seja flagrantemente em massacres ou de maneira mais sutil, como evidenciado pelo olhar policial que constantemente suspeita dos negros, sujeitando-os a tratamentos mais severos desde a abordagem policial até o tribunal.

Apesar disso, a negação do caráter racista da sociedade persiste entre os brasileiros. Schwarcz (1996), por meio de uma pesquisa, demonstrou que 97% dos entrevistados afirmaram não possuir preconceitos, enquanto 98% admitiram conhecer pessoas preconceituosas, como amigos, parentes ou namorados. Dessa maneira, concluiu-se que “todo brasileiro se sente em uma Ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (SCHWARCZ, 1996,

² Cesare Lombroso, um notável docente universitário e criminologista italiano, nascido em 6 de novembro de 1835, na cidade de Verona, alcançou renome internacional devido às suas investigações e proposições no âmbito da caracterologia, focalizando a inter-relação entre atributos físicos e mentais.

³ O Darwinismo Social representa uma concepção teórica relativa à evolução societal, fundamentada na premissa da existência de estratos sociais considerados superiores em relação aos demais. Conforme essa perspectiva, as entidades sociais que se destacam em termos físicos e intelectuais são destinadas a assumir posições governamentais, enquanto aquelas menos aptas eventualmente sucumbem à extinção, em virtude de sua incapacidade de alinhar-se com a progressão evolutiva da sociedade. Este fenômeno se alinha com os princípios da seleção natural, tal como proposto pela Teoria da Evolução.

p.155), e essa negação ou minimização do racismo representa o cerne do desafio enfrentado para desconstrução da estigmatização racial no Brasil.

2. TECENDO IDENTIDADE E RESISTÊNCIA: O LEGADO DO TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO NO BRASIL DO SÉCULO XX

No fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX no Brasil, políticas públicas foram implementadas para fomentar e incentivar a mestiçagem, visando ao embranquecimento da população como meio de promover o avanço do país em direção ao histórico progresso social e econômico. Essas medidas tinham como objetivo evitar a temida degeneração dos brancos pela raça negra, preservando sua suposta superioridade, evidenciada tanto no fenótipo, especialmente na pigmentação da pele, quanto na posição social. Este contexto fortaleceu a ideologia do embranquecimento racial, que se consolidou no pensamento brasileiro, especialmente após o fim do sistema escravista e a necessidade de forjar uma identidade nacional.

A transformação dos negros e indígenas em raças constitutivas da nacionalidade brasileira tornou-se uma questão recorrente nas agendas governamentais voltadas para o futuro político, social e econômico de uma nação emergente da escravidão, que demandava mão de obra assalariada.

Durante os séculos XIX e XX, o Brasil implementou políticas de incentivo à imigração de alemães, italianos e espanhóis, visando promover o branqueamento da nação e alcançar uma purificação moral e cultural. Conforme Seyferth (2002), esses esforços incluíram iniciativas diplomáticas do governo imperial, como a missão do visconde de Abrantes em Berlim em 1846, além de contratos com intermediários e decretos para atrair imigrantes europeus. Paralelamente, os governos provinciais proibiram a escravidão em áreas coloniais, destacando a incompatibilidade do sistema escravista com os ideais de modernidade econômica e social.

Essa busca pelo branqueamento do país, conforme destacado por Guimarães (2001), implicou na institucionalização da desmemória das origens étnico-raciais, visando afastar as associações com Portugal e apagar a imagem servil da escravidão em favor de uma romantização dos povos indígenas. Nesse contexto, os afrobrasileiros e indígenas foram considerados símbolos da

brasilidade, ao invés de serem reconhecidos como indivíduos.

Além disso, as teorias eugênicas, que visavam combater a suposta degeneração racial, foram incorporadas à legislação brasileira, como evidenciado no decreto n.º 528 de 1890,⁴ que regulamentava a entrada de imigrantes, excluindo os indígenas da Ásia e da África, salvo com autorização do Congresso Nacional.

Oliveira Viana, influente pensador da década de 1920, defendeu a miscigenação como um meio de embranquecer a população brasileira, destacando-a como positiva para a viabilidade política do país. Da mesma forma, na célebre intervenção durante o I Congresso Internacional das Raças em 1911, em Londres, João Baptista Lacerda, então diretor-geral do Museu Nacional, destacou-se como representante do Brasil, sob o governo de Hermes da Fonseca. Sua esperada contribuição refletia a visão de sucesso do país como modelo de embranquecimento populacional, sendo visto como exemplo a ser seguido pelos participantes. Prevendo um futuro em que a miscigenação entre brancos, afro-brasileiros e indígenas resultaria em uma nação completamente branca em cerca de cem anos, Lacerda enfatizou a necessidade de abandonar o preconceito racial e promover casamentos inter-raciais como uma via para o progresso nacional (LACERDA, 1911).

Contudo, diante deste contexto e dos registros históricos de iniciativas governamentais visando a marginalização do povo negro no Brasil, destaca-se a presença de Abdias Nascimento com a fundação do Teatro Experimental do Negro, lutando contra a discriminação racial no Brasil.

Estabelecido em 1940, esse teatro adentrou os palcos brasileiros como uma inusitada revelação. Após testemunhar uma apresentação no Peru, onde um ator de tez clara se enegrecia para encarnar o protagonista, Abdias Nascimento retornou ao Brasil decidido a transformar essa realidade que ecoava aqui também:

Naquela noite em Lima, essa constatação melancólica exigiu de

⁴ O decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890, assinado por Marechal Deodoro da Fonseca, teve seu mecanismo de exclusão atualizado pelo decreto-lei n.º 7967, de 1945, válido até 1957. Este último determinava que: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (Brasil, 1945).

mim uma resolução no sentido de fazer alguma coisa para ajudar a erradicar o absurdo que isso significava para o negro e os prejuízos de ordem cultural para o meu país (NASCIMENTO, 2004, p. 2).

Portanto, desde sua origem, o Teatro Experimental do Negro empenhou-se na seleção de elenco e temática, utilizando intertextos que exploravam o histórico de silenciamento das vivências dos negros, suas crenças e, sobretudo, o impacto na interação entre o palco e a realidade. Ao estabelecer um espaço cênico protagonizado por negros, Nascimento rompeu com a prática tradicional em que o papel do negro nos jogos teatrais era desempenhado pelo branco “caiado” de preto.

Até os anos 1950, no Brasil, o negro era quase sempre assim: olhos baixos, andar pesado, “curvado da melanina”, como retratou um certo chiste racista; ou descarregando sua revolta em pedradas inseqüentes. Até que veio Abdias, por trilhos tortuosos, conduzindo o comboio e o sonho do Teatro Experimental do Negro (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p.10).

Abdias Nascimento, através do Teatro Experimental do Negro (TEN), desafiou esses padrões, conduzindo o combate ao racismo e reivindicando o reconhecimento de uma identidade negra. O TEN, por meio de atividades teatrais, aulas de alfabetização e iniciativas culturais, tornou-se um dispositivo educativo central na construção identitária proposta por Nascimento, conforme afirmação do mesmo:

Fundando o Teatro Experimental do Negro em 1944, pretendi organizar um tipo de ação que há um tempo tivesse significação cultural, valor artístico e função social. De início, havia a necessidade do resgate da cultura negra e seus valores, violentados, negados, oprimidos e desfigurados. O negro não deseja a ajuda isolada e paternalista, como um favor especial. Ele deseja e reclama um status elevado na sociedade, na forma de oportunidade coletiva, para todos, a um povo com irrevogáveis direitos históricos. A abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política, cultural, social, para o negro, respeitando-se sua origem africana (NASCIMENTO, 1981, p. 188).

Na perscrutação dessa restauração de consciência, além das representações teatrais, o Teatro Experimental do Negro (TEN) emergia com uma notável profusão de intervenções de natureza política, científica, educacional e cultural, advogando por iniciativas propícias ao fomento do

protagonismo social, cultural e político. No âmbito de suas diversas atividades sociais, o TEN empreendia a alfabetização dos seus primeiros membros oriundos da classe operária e do serviço doméstico, além de coordenar e produzir peças centradas na temática racial e concursos de beleza destinados às mulheres negras. A título ilustrativo, ressaltam-se os Cursos de Alfabetização e Iniciação Cultural (1944 e 1946), os concursos de beleza negra “Rainha das Mulatas” e “Boneca de Pixe” (1947 a 1950), o concurso de artes plásticas “Cristo Negro” (1955), entre outras iniciativas (MACEDO, 2005). Conforme destacado por Abdias Nascimento, esses projetos fundamentavam-se no fortalecimento da autoestima e da identidade cultural mediante a valorização da matriz cultural africana.

No Brasil, enfrentando o tabu da “democracia racial”, o Teatro Experimental do Negro era a única voz a encampar consistentemente a linguagem e a postura política da négritude, no sentido de priorizar a valorização da personalidade e cultura específicas ao negro como caminho de combate ao racismo. Por isso, o TEN ganhou dos portavozes da cultura convencional brasileira o rótulo de promotor de um suposto racismo às avessas, fenômeno que invariável e erroneamente associavam ao discurso da négritude (NASCIMENTO, 2004, p.218).

Contudo, o Teatro Experimental do Negro não logrou alcançar a significância social almejada durante seu período de existência. No entanto, em termos de panorama histórico teatral, consolidou-se como uma vanguardista iniciativa que estimulou a produção de novos textos e propiciou a emergência de novos talentos, exemplificados por figuras como Grande Otelo e Rute de Souza. Ademais, exerceu influência sobre novos coletivos, como O Bando de Teatro Olodum, e contribuiu para a aceitação de movimentos contemporâneos, como o Afrofuturismo. Além disso, semeou uma discussão de longa data acerca da ausência de representação negra na dramaturgia e nos palcos de uma nação miscigenada, predominantemente composta por indivíduos de ascendência africana. A atuação do Teatro Experimental do Negro foi fundamentada no desenvolvimento simultâneo de múltiplos níveis de atividades, transcendendo a mera encenação teatral, conforme afirmado por Abdias Nascimento: “quando fundamos o Teatro Experimental do Negro, ficou desde logo estabelecido que o espetáculo, a pura representação, seria coisa secundária” (SEMOG;

NASCIMENTO, 2006, p. 122).

3. AFROFUTURISMO NO BRASIL: DA RESISTÊNCIA ESTÉTICA À EMANCIPAÇÃO SOCIAL

No início da década de 1990, o crítico cultural estadunidense Mark Dery compilou entrevistas com Samuel R. Delany, Greg Tate e Tricia Rose em um texto intitulado “Black to the Future”, presente na obra “Flame Wars: The Discourse of Cyberculture” (1994). Na introdução dessas entrevistas, Dery (1994) indaga a razão pela qual há escassez de autores negros na ficção científica, considerando que o gênero frequentemente explora temáticas relacionadas à diferença, preconceito, interações com o outro e outras questões pertinentes à experiência das pessoas negras. E a partir dessa indagação o crítico cultural cunhou o termo “afrofuturismo” para descrever a produção desses autores, definindo-o como ficção especulativa que aborda temas relacionados aos afro-americanos e suas preocupações no contexto da tecnocultura do século XX. Entretanto, ao longo do tempo, o referido movimento evoluiu para uma diáspora global.

Consubstanciando-se como um pilar fundamental do Afrofuturismo, encontrou-se a ficção especulativa e a autoria negra com protagonismo étnico, conforme delineado por WOMACK (2013). Este conceito, caracterizado tanto por sua estética artística quanto por sua estrutura teórica crítica, amalgama elementos da ficção científica, ficção histórica, ficção especulativa, fantasia, afrocentricidade e realismo mágico, enraizando-se em perspectivas não ocidentais. Em certos casos, configura-se como uma completa reconfiguração do passado, associada a uma especulação sobre o futuro permeada por críticas culturais.

No âmbito narrativo, o Afrofuturismo transcende o passado, estimula a imaginação para além das convencionalidades da realidade, interpela os dilemas do presente e estabelece novos parâmetros de expectativa para a comunidade negra. A utilização da ficção como instrumento visa resgatar passados sistematicamente apagados, ao mesmo tempo, em que projeta futuros, mesmo que o pensamento prospectivo seja inibido pelas amarras do racismo. O protagonismo negro inerente a esse tipo de produção não se limita apenas às

personagens representadas, abrangendo também a autoria da obra.

Neste contexto, ao transpor essa temática para o panorama contemporâneo brasileiro, constata-se que as produções veiculadas pelos meios de comunicação propendem a uma representação estereotipada do indivíduo negro, enquanto as mulheres são retratadas de maneira hiper sexualizada e os homens são caracterizados como malandros, também sofrendo sexualização. Este fenômeno alimenta e perpetua os preconceitos arraigados pela associação de imagens racistas dessas comunidades no inconsciente coletivo.

Valendo-se da perspectiva conceitual de Stuart Hall (2003), que concebe a cultura como um conjunto de valores e/ou significados compartilhados em um determinado grupo, o autor argumenta que as indústrias culturais detêm o poder de reconfigurar constantemente as representações culturais. Através da seleção e repetição, tais processos podem impor e disseminar definições tanto de nós mesmos quanto dos outros, as quais são forjadas pela cultura dominante (HALL, 2003). Nesse contexto, compreende-se que os meios midiáticos, como televisão, rádio, jornais, revistas e celulares, constituem veículos de transmissão pelas quais essas representações são inseridas e difundidas na esfera cotidiana.

Dessa forma, a abordagem afrofuturista, além de ser uma expressão de entretenimento, evidencia os processos de construção histórica do racismo e sua naturalização. Além disso, ela constitui estratégias que buscam destacar e dismantelar a inocência e a transparência inerentes aos processos históricos. Pode-se considerar essa abordagem como um conjunto de esforços direcionados as vias formais para a potencial desconstrução dos determinismos raciais que obstaculizam a efetiva integração desse grupo étnico na sociedade.

Com o advento do interesse da indústria cultural pelo continente africano, particularmente acentuado a partir de 2015, após o lançamento do filme “Panteras Negras”, observa-se uma disseminação do termo Afrofuturismo no âmbito de produções artísticas, ensaios de moda e eventos. O Brasil, por sua vez, não se abstém desse fenômeno. No contexto brasileiro, diversas produções artísticas podem ser alinhadas à estética afrofuturista, mesmo que alguns artistas renunciem à autodefinição como afrofuturistas. Uma convergência notável se evidencia nos discursos sonoros e musicais de artistas brasileiros, tangenciando as expressões pós-afrofuturistas norte-americanas,

exemplificados por Carlinhos Brown, Itamar Assumpção, Zezé Motta, Timbalada, Olodum, Gilberto Gil e Chico César, dentre outros (SILVA, 2012).

A partir da década de 2010, tornou-se perceptível um incremento de obras diretamente vinculadas à estética afrofuturista no panorama artístico brasileiro. Artistas como Karol Conka, Emicida, Baco Exu do Blues, Criolo, Linn da Quebrada, Xênia, entre outros, ilustram instâncias em que a referida estética foi apropriada em seus trabalhos. O videoclipe “Duas de Cinco + Cócix-ência”, lançado por Criolo em 2014, por exemplo, ambienta-se em 2044 no Grajaú, apresentando a realidade periférica de adolescentes negros em um contexto violento e vulnerável. Em certo momento do clipe, destaca-se a produção de uma arma de fogo por meio de um computador e impressora 3D, empregada pelos personagens principais como instrumento de justiça social.

Este movimento encontra-se em contínua efervescência, sendo ainda pouco explorado no âmbito da produção acadêmica, encontrando sua principal disseminação nas artes. Em 2016, a cantora Ellen Oléria lançou o álbum Afrofuturista, amalgamando instrumentos eletrônicos à ancestralidade do samba, forró e atabaques, destacando-se como uma expressão significativa desse movimento. Na literatura, as obras do escritor Fábio Kabral, como “O Caçador Cibernético da Rua Treze” (2017) e “A Cientista Guerreira do Facão Furioso” (2019), emergiram como referências do Afrofuturismo brasileiro. A primeira narrativa delinea a trajetória de João Arolê, um ciborgue caçador de espíritos malignos em uma cidade repleta de carros voadores e elementos da mitologia lorubá. Já a segunda obra descreve a história de Jamila Olabamiji, uma jovem cientista perseguida após descobrir superpoderes e desenvolver uma invenção revolucionária.

No âmbito cinematográfico, o filme “Branco Sai, Preto Fica” (2015), dirigido por Adirley Queirós, constitui outra referência afrofuturista no Brasil, ao mesclar viagem no tempo a temas recorrentes do movimento negro. A trama envolve dois homens feridos em um tiroteio durante um baile de black music em Brasília, sendo que um terceiro homem do futuro emerge para investigar o incidente.

O Afrofuturismo constitui um movimento sinérgico com a negritude, almejando esclarecer a significativa contribuição dos indivíduos negros enquanto

agentes produtores de conhecimento e promotores de sua própria emancipação. Este fenômeno é compreendido como um processo de empoderamento, transcendente do âmbito estético, caracterizando-se como uma construção de consciência social, uma luta coletiva e uma missão coletiva destinada à emancipação individual. O empoderamento, conforme preconizado por Santos e Mattos (2018, p. 268), engloba elementos como autorreconhecimento, fortalecimento de habilidades e promoção da autoestima.

Berth (2019) destaca a relevância estética como um elemento crucial na resistência negra, cujo potencial político reside na capacidade de reconstruir a representação do corpo negro em qualquer contexto temporal. Nesse contexto, articula-se a necessidade de empregar códigos que moldam as formas de representação da negritude, sendo a manifestação imagética a principal forma destacada pela autora, “pois essas imagens vão ressignificar o imaginário que será abalado e simultaneamente reconstruído” (BERTH, 2019, p.114).

Portanto, a interseção entre a cultura negra e a exploração da linguagem afrofuturista por meio de códigos identitários visa evidenciar como as técnicas derivadas da esfera da produção cultural e do design podem ser aplicadas em prol da emancipação social desse grupo historicamente subjugado e estigmatizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estigmas sociais, à semelhança do preconceito, manifestam-se como produtos inextricáveis das dinâmicas de poder subjacentes às relações sociais. Quando um determinado coletivo se consolida nos parâmetros normativos sociais, adquire a capacidade de categorizar a si próprio como detentor de um status superior, ao mesmo tempo que legitima a subalternização e exclusão daqueles que se situam como distintos desse padrão. Exemplificadamente, grupos marginalizados como os economicamente desfavorecidos, mulheres, imigrantes, afrodescendentes e indivíduos com orientações sexuais diversas constituem ilustrações paradigmáticas de entidades estigmatizadas.

O ato de estigmatizar, intrinsecamente relacionado ao preconceito, estereótipos e apreensão face à alteridade, configura um processo pernicioso,

dato que a atribuição de uma identidade pode interiorizar a categorização e normalização impostas, culminando na aceitação da inferiorização a eles atribuída. A grande parte das estigmatizações de grupos sociais propaga representações que os caracterizam como sujos, criminosos e indesejáveis, além de uma ameaça a ser controlada. Nesse sentido, a contraposição a tal fenômeno demanda o conhecimento e compreensão aprofundados dos grupos que enfrentam, tal subalternização, com a consciência de que essas atribuições constituem reflexos de processos históricos erigidos culturalmente através das dinâmicas de poder.

O ethos da sociedade brasileira, em termos de transformações significativas, permanece escassamente modificado. Anteriormente, a perspectiva do negro era caracterizada por concepções maléficas, imbuídas pelo ideal de branqueamento e pela pretensa democracia racial, persistindo, atualmente, em ser desvalorizado por almejar equidade de direitos, por expressar posicionamentos e questionamentos em relação ao racismo e ao contexto social ao qual estão submetidos. Nesse contexto, a investigação e análise das modalidades de coação histórica e continuamente impostas a esses grupos revelam-se de inestimável importância.

Ao revisitar a trajetória histórica do Teatro Experimental do Negro (TEN), delineia-se um panorama cultural e simbólico que se erige como uma alternativa à atual situação existencial, política e social dos afro-brasileiros. Nesse contexto, o TEN desempenhou um papel crucial na reconfiguração do significado cultural para os negros e afro-descendentes, cuja cultura foi subjugada pela influência de uma cultura branca resultante dos movimentos diaspóricos. É relevante salientar que “o conceito ocidental de cultura, tem um efeito de poder de ser a verdade universal” (SODRÉ, 2005, p. 9) que, de maneiras diversas, visou homogeneizar o homem negro como um ente universal, desprovido de mente, meramente existente e não vivente. As classes dirigentes têm uma propensão a criar terminologias nas quais acabam por acreditar, destacando assim a construção ideológica subjacente a tais “invenções”. Cada uma destas construções terminológicas abriga ideias estratégicas que desempenham um papel crucial na operacionalização das relações sociais em momentos históricos específicos, conforme expresso nas palavras de Sodré.

É difícil encontrar uma palavra idéia moderna que não conte em sua história milhares de mortos, ou que não deixe transparecer em seus produtos traços de destruição de outras organizações étnicas ou simbólicas – o genocídio se faz alternar por “semicídios” (SODRÉ, 2005, p.07).

As elites governantes, concomitantemente a algumas correntes científicas do início do século XX, difundiram um conjunto de postulados que contribuíram para incutir na sociedade a convicção de que a raça negra era intrinsecamente inferior. Consoante à perspectiva de Foucault (1999), isso caracteriza o racismo biológico, onde “a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 1999 p. 305).

Nesse contexto, a primeira denúncia promovida pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) visou a desmascarar a impostura subjacente aos denominados estudos sobre o negro. O TEN destacou a alienação da antropologia e da sociologia nacionais, que retratavam a comunidade de cor de forma pitoresca ou associada à “pureza” histórica, como se tratasse de um elemento estático ou mumificado. (RAMOS apud NASCIMENTO, 1979, p.29).

Desde sua criação em 1944, o TEN buscou restaurar e valorizar a contribuição dos africanos para a formação da identidade brasileira, desvelando a ideologia da branquitude que predominava na época (e, poder-se-ia argumentar, persiste até os dias atuais). Isso resultou na marginalização do negro tanto no campo da dramaturgia quanto na sociedade em geral. Essa concepção está alinhada com as análises foucaultianas sobre o racismo de Estado.

[...] Racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social (FOUCAULT, 1999, p. 73).

O Teatro do Negro, idealizado por Abdias do Nascimento, representou um lócus para contemplar políticas públicas direcionadas às questões raciais em um período em que não existiam espaços para denúncias contra o racismo e reivindicações de políticas embasadas nas demandas raciais. Nesse contexto, Abdias do Nascimento foi um precursor ao estabelecer o TEN como um espaço

de reflexão e proposição de políticas raciais. Pois segundo ele:

É claro que, para os beneficiários do racismo, é muito incômodo que nós mexamos nas estruturas racistas da sociedade brasileira, às quais não são de hoje, mas vêm desde 1500. Elas se transformam, se modificam, se enriquecem, muda de tática e estratégia, mas a estrutura do racismo permanece a mesma coisa, desde o tempo da escravidão até hoje. Ela tem feito concessões, como uma manobra para se recuperar depois, mas sempre é assim. Vêm todas aquelas leis que antecederam a abolição da escravatura? Foram grandes manobras, até a manobra da lei da Abolição. E essa grande manobra é simplesmente uma estratégia de genocídio (SEMOG; NASCIMENTO, 2006, p. 124).

Neste contexto, à semelhança do Teatro Experimental do Negro, o Afrofuturismo contemporâneo emerge como uma perspectiva para a narração de relatos que transcende a vitimização do africano e dos afrodescendentes, proporcionando diversas modalidades de apreensão do meio social. Este movimento viabiliza a visualização do futuro e das experiências subtraídas pela escravização, por intermédio de obras que amalgamam diversas expressões artísticas à ficção científica e especulativa. A exaltação da figura negra neste contexto constitui um manifesto engajado na luta contra o racismo, posicionando a cor como instrumento de resistência na exploração de narrativas alternativas.

Este movimento propicia a vivência da alteridade, facultando às pessoas a contemplação do outro como uma extensão de si, compartilhando características similares e necessidades de reconhecimento, propiciando uma percepção do espaço e protagonismo que foram historicamente negados à África e à sua diáspora forçada para o Novo Mundo. Nesse sentido, Ana Hupe destaca que:

O recurso afrofuturístico facilita-me colocar no lugar do outro, operar invertendo papéis; é uma manobra que traz a possibilidade de quebrar a referência identitária que é escravizante, permite perceber a cultura africana, marcadamente negra, com emoções, tecnologia, política e, principalmente, enxerga os africanos antes do período das navegações europeias. Às vezes, esquecemos que houve um tempo anterior às colonizações (HUPE, 2016, p. 202).

Portanto, o Afrofuturismo estabelece críticas às vicissitudes cotidianas enfrentadas pela comunidade negra, abrangendo questões como a privação de

liberdade, a violência policial, o machismo, os estigmas, a escassez de inclusão e oportunidades, e a solidão experimentada pela mulher negra. Dessa maneira, esse movimento contribui significativamente para a revitalização histórica das raízes africanas, bem como para a construção de um futuro permeado por diversas possibilidades para as pessoas negras.

REFERÊNCIAS

ACERVO: a destruição dos documentos sobre a escravidão. **Estadão**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,adestruicao-dos-documentos-sobre-a-escravidao-,11840,0.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

ALENCASTRO, Felipe. África, números do tráfico atlântico. In.: SCHWARCZ, Lília Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 528**, de 28 de junho de 1890. CN/PR, 1890.

COSTA, A. M. A violência como marca: a pesquisa em história. In L. M. Schwarcz & L. V. S. Reis (Orgs.), **Negras imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

DERY, Mark (1994). Black to the Future: interviews with Samuel R. Delany, Greg Tate, and Tricia Rose. In: DERY, Mark (ed.). **Flame Wars**: The Discourse of Cyberculture. Durham, NC: Duke University Press. p. 179-222.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975/1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. "Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho". In: SOUZA, Jessé de (Org.) **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora da UnB, 2001.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org). Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HUPE, Ana Luiza Ferreira. **Ações artísticas contra formas de sujeição**: deslocamentos entre imagem, escrita e performance. Rio de Janeiro, 2016, p. 257, Tese (Doutorado em artes visuais), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4397043re >. Acesso em 14 de agosto de 2022.

KABRAL, Fábio. **A cientista guerreira do facão furioso**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

KABRAL, Fábio. **O caçador cibernético da rua treze**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Revistas USP**, Belo Horizonte, número 16, p. 23 – 40, 2016.

LACERDA, João Baptista. **Sur les métis au Brésil**. Congrès Universel des Races. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA-USP, p. 209-224, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9982>. Acesso em 07 de abril de 2022.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Pan-africanismo na América do Sul**: Emergência de uma rebelião negra. Petrópolis: Vozes; IPEAFRO, 1981.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Redução Sociológica**: Introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro.1965.

SANTOS, Ana Paula Medeiros Teixeira dos; MATTOS, Ivanilde (Ivy) Guedes. Empoderamento feminino e revolução. **Roteiros temáticos da Diáspora**: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil. Porto Alegre, RS. Editora Fi, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996, p. 147-185.

SEMOG, Éle, NASCIMENTO, Abdias. **Abdias do Nascimento**: o griot e as muralhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SEYFERTH, Giralda. “O Beneplácito da Desigualdade: breve digressão sobre o racismo”. In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

SILVA, Daniel Neves. Panteras Negras. **História do Mundo**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/os-panteras-negras-e-o-movimento-racial-nos-eua.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2022.

SILVA, Rita de Cassia da Cruz. **Singular e plural**: os vários “eus” de Bebeléu. Uma análise da performance como linguagem nos primeiros discos de Itamar

Assumpção. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. São Paulo: DP&A, 2005.

WOMACK, Ytasha. Cadete espacial. 2013. In.: FREITAS, Kênia (Org.). **Afrofuturismo**: Cinema e Música em uma Diáspora Intergaláctica. Tradução de André Duchiede. São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://www.mostraAfrofuturismo.com.br/catalogo.html> >. Acesso em 07 de abril de 2022.

Recebido em 24/01/2024

Aprovado para publicação em 31/07/2024